



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Tradução

INTERPELAÇÃO ESCRITA

O Governo descobriu, recentemente, um caso de burla ao erário público através do Programa de Comparticipação nos Cuidados de Saúde (“Vales de Saúde”), em que estava envolvida uma clínica médica privada em conluio com uma farmácia de medicina chinesa e uma de venda de marisco seco. A notícia sobre esse crime, praticado desde Maio passado e envolvendo um total de nove milhões de patacas, suscitou a atenção da sociedade.

De facto, o Programa de Comparticipação nos Cuidados de Saúde, cuja implementação começou em 2009, ou seja, há mais de dez anos, tem como objectivo apoiar os médicos privados, promover o regime de medicina familiar e incentivar os residentes a prestarem mais atenção aos cuidados de saúde pessoais, no sentido de reforçar a cooperação entre os sectores público e privado da saúde e de expandir os recursos comunitários na área da saúde. Porém, surgiram na sociedade diversas “irregularidades” e “ilegalidades”, como, por exemplo, o aumento de preços, a troca de vales de saúde por dinheiro e o seu uso para compras, etc., afastando dramaticamente essa medida da sua intenção original. Os serviços competentes devem aperfeiçoar os mecanismos de fiscalização, com vista a combater as ovelhas negras e a criar um ambiente de cumprimento da lei e de honestidade no mercado, pois só assim é que os vales de saúde podem contribuir positivamente para apoiar as instituições médicas privadas, e para formar e reforçar a consciência dos residentes sobre a importância da manutenção da saúde, promovendo o bom aproveitamento dos recursos médicos comunitários. Mais, devido ao impacto da epidemia do novo coronavírus em Macau, este ano, o Governo da RAEM anunciou a atribuição de mais um vale de saúde no valor de 600 patacas por residente permanente, o que significa que cada residente permanente pode



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

receber uma comparticipação pecuniária no valor total de 1200 patacas em vales de saúde. Esta medida demonstra o carinho e o apoio que o Governo presta à população, mas os gastos do erário público vão duplicar em relação ao passado, por isso, as autoridades competentes devem continuar a efectuar bem os trabalhos de fiscalização, acabando com o uso ilegal dos vales de saúde, por forma a evitar que as políticas em prol da população sofram alterações e deixem de surtir os seus efeitos.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

- 1- Já se passaram mais de 10 anos desde a implementação do Programa de Comparticipação nos Cuidados de Saúde, assim sendo, o Governo deve proceder à avaliação dos resultados conseguidos no que respeita ao apoio à exploração e ao desenvolvimento das instituições médicas privadas. Vai fazê-lo? Em 2018, a Administração apresentou um projecto de optimização, com a substituição dos vales de saúde por vales electrónicos. Qual é o resultado dessa optimização? Será possível atingir o objectivo de reforçar a fiscalização e combater a utilização ilegal dos vales de saúde?
- 2- O Governo deve aperfeiçoar o Programa de Comparticipação nos Cuidados de Saúde, pormenorizando o mecanismo de fiscalização, para que o erário público seja bem utilizado, evitando que algumas instituições privadas de saúde se aproveitem dos vales de saúde para lucros ilegais. Vai fazê-lo?
- 3- De acordo com a notícia sobre o crime de burla referido, praticado desde Maio do ano passado até ao presente, a clínica médica utilizou ilegalmente mais de 11 mil documentos de identificação de residente, o



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

que demonstra que os cidadãos não têm uma consciência elevada quanto ao cumprimento da lei e à protecção dos dados pessoais, e disponibilizam facilmente documentos importantes, tais como o Bilhete de Identidade, para obter pequenos benefícios. Assim sendo, como é que as autoridades vão reforçar os trabalhos de divulgação e de educação, para que os cidadãos fiquem a conhecer as consequências da violação da lei e da venda de dados pessoais importantes?

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Ho Ion Sang

27 de Abril de 2020